



A contribuição da  
imigração na  
natalidade: a  
experiência italiana

**Autor: Antonio Cortese**

Professor de Métodos Estatísticos para Avaliação de Políticas,  
Faculdade de Economia, Universidade de Roma Três

E-mail: cortese@uni.net

**Resumo:**

O objectivo deste artigo é traçar algumas considerações sintéticas sobre os efeitos produzidos pela imigração na ordem demográfica em Itália.

O primeiro impacto que se verifica é, obviamente, o de reduzir as consequências do declínio demográfico quer directamente pelo aumento da população, especialmente em idade activa quer indirectamente pelo acréscimo de fecundidade que origina.

**Palavras Chave:** Imigração, fecundidade, envelhecimento, crescimento da população

**Abstract**

This article outlines the effects of immigration on the demographic situation in Italy.

The impact noted is obviously that of reducing the consequences of the demographic decline improving directly the growth of the population, mainly at the active age, and indirectly the increase of fertility.

**Key words:** Immigration, fertility, ageing, population growth

The effect  
of immigration on  
fertility: the italian case



## 1. As mudanças na estrutura etária

À semelhança do que acontece em diversos países europeus, o envelhecimento da população e a imigração caracterizam, desde há muito tempo, a dinâmica demográfica da Itália<sup>1</sup>.

Entre 1971 e 2001, a percentagem de pessoas com mais de 64 anos passou de 11,3% para 18,7% (cfr. Quadro 1) e de acordo com dados mais recentes já se atingiu o limiar do 20%. Por causa de uma fecundidade excepcionalmente baixa que, ao longo dos anos, levou à progressiva redução numérica das novas gerações e, também, do prolongamento da esperança de vida, que garante às gerações mais idosas uma permanência em vida cada vez mais prolongada (em 2005 a vida média dos homens atingiu os 77,6 anos e a das mulheres os 83,2), o envelhecimento da população, com as relativas repercussões no campo social e económico, confirma-se em toda a sua evidência. O desequilíbrio da população a favor das idades mais avançadas torna-se ainda mais determinante do quanto foi demonstrado pelos dados referidos, tendo em consideração que a redução dos níveis de fecundidade nos últimos vinte e cinco anos levou a uma descida constante da população dos jovens até aos 15 anos que, em 2005, decresceu para 14,1% do total, contra os 22,6% de 1980. Se, no fim da década de oitenta, ainda podia ser considerada a hipótese de uma população numericamente quase estacionária e capaz de alcançar essa condição com o equilíbrio da estrutura por sexo e idade, mesmo que tal hipótese fosse pouco realística, hoje em dia torna-se cada vez mais evidente a alternativa do decréscimo demográfico. A intensidade e a natureza das mudanças, que ocorrem há largos anos, estão a provocar alterações em equilíbrios seculares, que põem em causa a estrutura económica, a organização social, o sistema das relações interpessoais e intergeracionais, a mesma estruturação do ciclo de vida dos italianos e os modelos de uma cultura provavelmente ainda impreparada para encarar transformações tão profundas (Blangiardo, 1990).

2011\_001

Quadro 1

População residente, com 65 ou mais anos, em Itália - Censos de 1971, 1981, 1991 e 2001 (dados em milhares)		
Censos	Número	% sobre a população total
1971	6 101	11,3
1981	7 485	13,2
1991	8 700	15,3
2001	10 646	18,7

Fonte: Istat

Quanto ao decréscimo dos nascimentos, poderão ser confrontados os dados da Quadro 2 no qual é feita a comparação entre o número dos nados vivos nos anos entre 1976 e 1979 e o número relativo aos anos 2002-2005. Para uma análise de longo prazo, é útil lembrar que em 1964 houve mais de um milhão de nascimentos e que, apenas dez anos mais tarde eram cerca de 900 mil; sucessivamente e em rápida sequência, verificou-se a descida para cerca de 800 mil em 1976, 700 mil em 1979 e 600 mil em 1984.

<sup>1</sup> A situação de Portugal é muito semelhante: "O envelhecimento demográfico e a imigração são os grandes desafios que a sociedade portuguesa enfrenta a para os quais se tem que encontrar respostas de modo a garantir uma sociedade inclusiva para todos" (Carrilho e Patrício, 2006).

art1\_q2

Quadro 2

Nados vivos, em Itália, nos anos 1976-1979 e 2002-2005			
Anos	Número <sup>(a)</sup>	Anos	Número <sup>(b)</sup>
1976	781 638	2002	530 443
1977	741 103	2003	531 274
1978	709 043	2004	553 770
1979	670 221	2005	554 022

<sup>(a)</sup>Os dados referem-se à população presente

<sup>(b)</sup>Os dados são obtidos a partir do balanço demográfico da população residente

Fonte: Istat

Na sequência deste decréscimo, torna-se óbvio que a taxa de fecundidade total a qual, como se verifica no Quadro 3, desde 1977 que é inferior ao que se considera como nível mínimo de substituição – 2,1 filhos por mulher (em meados dos anos setenta tinha atingido os valores máximos do pós-guerra com quase 2,7 filhos por cada mulher). Desde 1995, ano em que a fecundidade italiana atingiu o seu mínimo nível histórico (1,19 filhos por cada mulher), que se regista uma pequena recuperação que reduz a distância em relação aos outros grandes países europeus (veja-se a propósito o Quadro 4).

art1\_q3

Quadro 3

Número médio de filhos, por cada mulher, em Itália, nos períodos 1976-1979 e 2002-2005			
Anos	Número	Anos	Número
1976	2,08	2002	1,27
1977	1,95	2003	1,29
1978	1,85	2004	1,33
1979	1,74	2005 <sup>(a)</sup>	1,32

<sup>(a)</sup>Estimativa

Fonte: Istat

art1\_q4

Quadro 4

Número médio de filhos, por mulher, nalguns países europeus em 2005	
Países	Número
Alemanha	1,36
França	1,94
Espanha	1,33
Reino Unido	1,80

Fonte: Eurostat

## 2. O papel da imigração

Na vertente da imigração, sublinha-se a semelhança com o que acontece nos outros países da Europa mediterrânea. A Itália está, desde há muito tempo, a sofrer uma forte pressão migratória. Após a unificação (especificar?), e durante largas décadas, consistentes correntes migratórias italianas seguiram para o estrangeiro. Com efeito, entre 1871 e 1970, cerca de 26 milhões de italianos deixaram o país (Cortese, 2004). Ao longo dos cerca de 40 anos que antecederam a Primeira Guerra Mundial, a Itália conheceu a primeira das suas grandes experiências migratórias em direcção ao estrangeiro, a transoceânica. Depois de uma primeira fase na qual a massa migratória, ainda não verdadeiramente intensa, se divide quase em partes iguais entre as duas correntes, continental e transoceânica, segue-se uma segunda na qual a corrente transoceânica regista um desenvolvimento excepcional. (Não será possível mencionar os principais países de destino, sobretudo transoceânicos?) Entre as duas guerras mundiais predomina uma política de contenção das migrações. São sobretudo os países europeus que marcam a evolução demográfica do segundo pós-guerra: França, Suíça e Bélgica são inicialmente os destinos mais procurados, e a partir de 1960 torna-se predominante a migração para Alemanha. Ao longo dos anos setenta, a Itália conhece uma inversão de tendência nos movimentos migratórios: de país de emigrantes, o país torna-se gradualmente área de imigrações adaptando, também neste aspecto, a sua situação à dos países europeus mais desenvolvidos da Europa do Norte.

**Quadro 5**

**Estrangeiros residentes recenseados em Itália, 1971, 1981, 1991 e 2001**

Censos	Número
1971	121 715
1981	210 937
1991	356 159
2001	1 334 889

Fonte: Istat

Esta situação comprova-se através dos dados do Quadro 5, referente aos últimos quatro censos gerais da população. Trata-se dos estrangeiros “residentes”, isto é, os estrangeiros que tendo obtido uma autorização de residência tiveram mais tarde a possibilidade de inscrever-se no “anagrafe”<sup>2</sup>. Não tendo em conta os estrangeiros ilegais (os que entraram clandestinamente e os que, findo o prazo da autorização de residência, não abandonaram o país), o último Relatório Estatístico da Caritas (2006) estima em 3.035.144 o número dos residentes temporários regulares no fim de 2005. É oportuno realçar que durante este período foram realizados diversos programas de regularização<sup>3</sup>. Tomou-se conhecimento do facto de que as migrações não são um fenómeno com carácter temporário ou conjuntural, mas sim estrutural. Por outro lado, a experiência demonstrou que quanto menor é o número dos imigrantes admitidos, em relação à procura do país, maior é o crescimento do número dos clandestinos. Hoje, a percentagem de estrangeiros sobre o total da população residente ultrapassa os 5%, valor que já coloca a Itália numa posição próxima da de outros países europeus que conhecem há muito tempo o fenómeno da imigração.

Esta extensa explicação foi necessária para ilustrar o quadro de referência sobre o qual queremos aprofundar um assunto específico; em todo o caso, ela fica algo incompleta pois, por exemplo, omitimos as diferenças regionais e não aprofundamos os diversos factores que interagem na fecundidade na tentativa de detectar as razões que determinam essa forte redução (diminuição dos casamentos, aumento da idade no primeiro casamento, entre outros). O nosso objectivo é traçar algumas considerações sintéticas sobre os efeitos produzidos pela imigração na ordem demográfica.

<sup>2</sup> Trata-se de um arquivo no qual os Municípios devem registrar nominalmente as pessoas com residência habitual no Município onde estão localizadas independentemente das variações que se verifiquem na população.

<sup>3</sup> A última disposição é a referida na lei nº 222, de 9 de Outubro de 2002.

O primeiro impacto que se verifica é, obviamente, o de reduzir as consequências do declínio demográfico. Ao longo dos últimos dez anos, a população da União Europeia (15 países) cresceu, anualmente, cerca de 0,3%, graças apenas à contribuição das imigrações. Em muitos países, entre os quais a Itália, a população teria diminuído sem a imigração. Por outras palavras, na Itália a imigração tornar-se-á cada vez mais o único factor de crescimento demográfico capaz de minimizar a prevalência das mortes sobre os nascimentos.

A análise da estrutura por idade dos estrangeiros residentes em Itália, e recenseados em 2001, revela que se trata – como era legítimo esperar – de uma população jovem: três estrangeiros em cada quatro (73,0%) tinham uma idade inferior a 40 anos. As consequências positivas para a oferta de trabalho são evidentes. Efectivamente, em consequência da evolução demográfica em curso, a população em idade laboral começará a diminuir ainda antes da população total. Em relação ao degradado relacionamento entre activos/inactivos, é oportuno lembrar que no panorama da União Europeia, a Itália é o país com a população mais idosa. A taxa de dependência estrutural dos idosos, isto é, a relação entre a população de 65 anos ou mais e a população em idade activa, hoje é já a mais elevada entre os países europeus.

Também do ponto de vista demográfico, há uma terceira consequência produzida pela imigração que colocamos no centro da nossa atenção e sobre a qual nos debruçamos.

Em finais de 2005, as mulheres estrangeiras titulares de autorização de residência eram ainda em número inferior ao dos homens, mas já atingem 49,9% do total, confirmando a forte componente feminina dos fluxos de entrada que se registou ao longo dos últimos anos. Se é verdade que o trabalho representou, há algum tempo, a razão principal das migrações para Itália, desde 1995 as entradas para reagrupamento familiar apresentaram uma dinâmica de crescimento mais acentuada em relação às entradas por motivo de trabalho. Os fluxos migratórios para reagrupamento familiar são constituídos sobretudo por mulheres, chamadas para Itália pelos maridos imigrados por razões de trabalho, e isto explica a variação na estrutura por sexo, mencionada anteriormente.

Como vimos, nos últimos anos houve na Itália uma retoma prudente da fecundidade num quadro de estabilidade dos casamentos. Assim, emerge uma progressiva mudança na maneira de conceber a vida familiar e do casal. O sinal mais significativo é constituído pelo aumento dos nascimentos fora do casamento que, em relação ao total ao longo de uma década, passa de 8,1% em 1995 para 14,9% em 2004, a nível nacional. Um outro elemento que testemunha a mudança é representado pelo incremento dos nascimentos cujos pais são ambos estrangeiros, os quais no mesmo período passam de 1,7 para o 8,8 por cento (9,4 em 2005) dos nascimentos. A emergência destes dois novos factores explica uma parte importante da dinâmica da fecundidade ao longo da última década (Istat, 2006). A este propósito basta confrontar os dados indicados no Quadro 6, os quais evidenciam implicitamente uma maior fecundidade nas mulheres estrangeiras, cuja contribuição para a natalidade total já está próxima de 10% mesmo que, devido a condições mais frequentes de privações sociais, a maternidade e a família possam ser experiências que as imigradas vivam de forma mais problemática.

Quadro 6

**Nados vivos de pais estrangeiros residentes em Itália, de 2002 a 2005**

Anos	Número	% sobre o total dos nados vivos
2002	33 593	6,3
2003	33 691	6,3
2004	48 925	8,8
2005	51 971	9,4

Fonte: Istat

Os dados indicados nos Quadros 7 e 8, referentes ao último censo populacional, são esclarecedores sobre as condições de vida familiar dos cidadãos estrangeiros residentes em Itália. Apesar da presença estrangeira estar já profundamente enraizada, é possível notar uma presença significativa de pessoas que vivem em famílias não estruturadas à volta de relações de casais e/ou pai/mãe-filho (as relações de parentesco que dão lugar a um núcleo familiar): a percentagem de cidadãos estrangeiros que vive em famílias unipessoais, ou noutras famílias sem núcleo, é significativamente superior à dos cidadãos italianos na mesma condição (20,7% contra 11,5% dos italianos) (Istat, 2005).

an1\_07

Quadro 7

Famílias com, pelo menos, um estrangeiro residente, e outros membros, por número de membros na família, em 2001								
Número de membros	Famílias só de estrangeiros		Famílias com italianos e estrangeiros				Total	
	Famílias	Membros	Famílias	Membros			Famílias	Membros
				Italianos	Estrangeiros	Total		
1	172 035	172 035	-	-	-	-	172 035	172 035
2	72 790	145 580	88 692	88 692	88 692	177 384	161 482	322 964
3	64 079	192 237	74 957	141 656	83 215	224 871	139 036	417 108
4	59 250	237 000	59 390	167 065	70 495	237 560	118 640	474 560
5	30 014	150 070	23 852	86 724	32 536	119 260	53 866	269 330
6 ou mais	17 601	117 104	9 846	46 494	18 035	64 529	27 447	181 633
<b>Total</b>	<b>415 769</b>	<b>1 014 026</b>	<b>256 737</b>	<b>530 631</b>	<b>292 973</b>	<b>823 604</b>	<b>672 506</b>	<b>1 837 630</b>

Fonte: Istat

an1\_08

Quadro 8

Núcleos familiares com, pelo menos, um estrangeiro, em 2001	
Tipologia dos núcleos	Número
Casais mistos	198 721
- marido italiano e mulher estrangeira	151 187
- marido estrangeiro e mulher italiana	47 534
Casais estrangeiros	198 679
Pai/mãe estrangeiro/a com filhos	42 785
<b>Total</b>	<b>440 185</b>

Fonte: Istat

an1\_09

Quadro 9

Taxas de aborto por 1000 mulheres residentes em Itália, por cidadania e grupos etários, em 2000		
Grupos etários	Cidadania	
	Italiana	Estrangeira
18 – 24	11,8	48,5
25 – 29	11,0	41,7
30 – 34	10,3	33,3
35 – 39	9,1	23,6
40 – 44	4,3	10,0
45 – 49	0,4	1,5

Fonte: Camera dei Deputati (Assembleia da República)

Quanto às condições relacionadas com as privações sociais acima referidas, é interessante considerar com alguma atenção os dados indicados no Quadro 9, nos quais se verifica não apenas a maior incidência de aborto entre as mulheres estrangeiras, mas também que entre as mais novas se regista uma taxa de aborto particularmente elevada. Em 2003, se excluirmos o número das interrupções voluntárias de gravidez (IVG) para as quais não foi apurada a cidadania da mulher, o número dos abortos que se referem a mulheres estrangeiras corresponde a 25,9% do valor nacional (31.836 sobre 123.111 abortos)<sup>4</sup>. A par de uma constante diminuição das IVG, entre as mulheres italianas, está associada, desde há alguns anos, uma contribuição das mulheres estrangeiras cada vez mais consistente para a actual taxa de abortos. Esta contribuição das mulheres estrangeiras tornar-se-á ainda maior e mais importante se, de acordo com a lei nº 194, de 22 de Maio de 1978<sup>5</sup>, respeitante às normas sobre a maternidade e a interrupção voluntária da gravidez, os Consultórios Familiares não souberem, como lhes é solicitado, realizar programas “virados para a promoção da consciencialização e das competências para com a procriação responsável”, que tenham em maior consideração a situação das mulheres imigradas. Numa sociedade que reitera constantemente o seu envolvimento em políticas de integração, esta perspectiva da maternidade responsável e assumida encontra, naturalmente, o seu espaço de actuação.

## Referências bibliográficas

Blangiardo, G.C. (1990), *Meno italiani...più problemi ?*, Bariletti Editori, Roma

Camera dei Deputati (2005), *Relazione sullo stato di attuazione della legge concernente norme per la tutela sociale della maternità e sull'interruzione volontaria della gravidanza*, Doc. XXXVII, N. 9, Roma

Caritas-Migrantes (2006), *Immigrazione 2006. Dossier Statistico*, Edizioni Nuova Anterem, Roma

Carrilho, M.J. e Patricio, L. (2006), *A Situação Demográfica Recente em Portugal*, Revista de Estudos Demográficos, N. 38, Lisboa

Cortese, A. (2004), *La presenza straniera in Europa e in Italia: un'analisi quantitativa*, Economia Italiana, N. 3

Cortese, A. (2004), *Le comunità italiane all'estero all'inizio del XXI secolo*, in “Mobilità e trasformazioni strutturali della popolazione” a cura di M.C. Pellicani, Dipartimento per lo studio delle società mediterranee – Università di Bari, Quaderno N. 28, Cacucci Editore, Bari

Giovannelli, C., Gualtieri, G. e Lo Conte, M. (2004), *La fecondità delle donne straniere in Italia*, in “Mobilità e trasformazioni strutturali della popolazione” a cura di M.C. Pellicani, Dipartimento per lo studio delle società mediterranee – Università di Bari, Quaderno N. 28, Cacucci Editore, Bari

Istat (1986), *Sommario di statistiche storiche 1926-1985*, Roma

Istat (2005), *Gli stranieri in Italia: analisi dei dati censuari*, 14º Censimento generale della popolazione e delle abitazioni, Roma

Istat (2006), *Rapporto Annuale. La situazione del Paese nel 2005*, Roma

Teitelbaum, M.S. e Winter, J.M. (1987), *La paura del declino demografico*, il Mulino, Roma

Tucci, E. (2005), *Estimation of fertility of immigrant women from Balkans in Italy*, in “Migrations, Crises and Recent Conflicts in the Balkans”, Demobalk - Volos, Greece feito dentro dos primeiros 90 dias de gestação.

<sup>4</sup> Para a lei italiana o aborto é permitido, se feito dentro dos primeiros 90 dias de gestação.

<sup>5</sup> Na Itália, até 1975, o aborto era uma prática ilegal. A “histórica” lei de 1978, que conseguiu, em grande parte, eliminar a praga dos abortos clandestinos, reconhece o direito à mulher de interromper, gratuitamente e nas estruturas públicas, a gravidez indesejada; na mesma lei são estabelecidas políticas de prevenção a serem levadas a cabo nos Consultórios Familiares.